

ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA HISTÓRICA DO DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO

Pe. Agenor Brighenti
doutorando em Louvain

Nota da Redação: O autor, ex-aluno e também já professor no ITESC, foi um dos assessores do CELAM para Santo Domingo. De sua lavra já havíamos publicado, nesta revista, o artigo: "As grandes linhas da metodologia de trabalho da IVª Conferência do Episcopado Latino-Americano", um artigo prospectivo, de inícios do ano passado (cf "Encontros Teológicos" n.12 (1992/1) p.17-10)

A hermenêutica ou interpretação de um texto passa necessariamente pela sua crítica literária e histórica. Sem entrar na questão da crítica do texto do Documento de Santo Domingo (= DSD) propriamente dito, quer-se simplesmente chamar a atenção aqui para o quanto é importante situá-lo dentro de seu contexto, a fim de se chegar a uma interpretação a mais próxima possível do sentido que os seus próprios autores quiseram transmitir.

Por seu "contexto" deve-se entender a sua história remota, próxima e o seu processo de redação durante a própria Assembléia.

Em relação à sua história remota, o DSD deve ser lido na linha direta de continuidade de Medellín e Puebla. Embora o Instrumento Preparatório e o Documento de Consulta se tivessem distanciado da linha libertadora das duas Conferências anteriores, os bispos do continente, através da *Secunda Relatio* (= SD) e do *Documento de trabalho* (= DT) recuperaram a identidade da Igreja latino-americana e reafirmaram-na na Assembléia de Santo Domingo (= ASD). Uma das grandes surpresas para os membros da IV Conferência, sobretudo para a Cúria Romana, foi a de constatar o quanto Medellín e Puebla estão enraizados na Igreja latino-americana. Apesar da conhecida diretividade romana no processo de nomeação dos novos bispos na última década, da intervenção na Conferência latino-americana de Religiosos (= CLAR), da perda do Conselho Episcopal latino-americano (= CELAM) como espaço de comunhão do episcopado do continente, da controvérsia com a Teologia da Libertação e da punição de teólogos, a tradição de Medellín e Puebla não só sobreviveu como desenvolveu-se e amadureceu. Da ASD ela sai ainda mais reforçada, mesmo que o Documento, embora pastoralmente seja coerente e conseqüente, seja doutrinariamente contraditório.

A tradição de Medellín e Puebla não só sobreviveu como desenvolveu-se

Em segundo lugar, para interpretar o DSD, sem trair o espírito de seus redatores, é preciso situá-lo no contexto de sua história próxima... A ASD foi a culminação de um longo processo de preparação que havia dado origem a quatro (4) importantes documentos: o *Instrumento preparatório* (fevereiro de 1990), o *Documento de Consulta* (abril de 1991), a *Secunda Relatio* (novembro de 1991), e o *Documento de Trabalho* (julho de 1992). Como já se fez referência anteriormente, os dois primeiros não tiveram boa recepção entre os bispos e suas Igrejas particulares. Após um amplo estudo e debate no seio das comunidades eclesiais em seus diversos níveis, cada Conferência Episcopal Nacional reuniu suas contribuições, enviou-as ao CELAM, e este publicou-as na SR, a partir da qual seria redigido o DT, que recuperaria a identidade latino-americana. O fato de se ter impedido que ele fosse o ponto de partida da ASD para dar lugar a quatro "ponências" sinodais, aumenta ainda mais o seu valor.

Enfim, a interpretação do DSD passa principalmente pela história do texto, e de seu processo de redação durante a ASD propriamente dita. São os seus atores e a maneira como eles procederam ou lhes foi possível proceder que, em última análise, guardam a chave de uma interpretação do texto em sintonia com o espírito que nele se quis impregnar.

Assim, a crítica histórica do DSD precisa levar em conta esses três momentos. Este trabalho, porém, tem um objetivo bem mais modesto. Ele quer simplesmente situar o texto dentro de seu contexto de redação no seio da ASD, com duas finalidades precisas. De um lado, fornecer alguns elementos em vista de uma crítica histórica do Documento enquanto tal e, de outro, a partir desses elementos, indicar algumas chaves de leitura do mesmo.

Um processo de auto-afirmação gradativo da Assembléia

I. O CONTEXTO DE REDAÇÃO DO TEXTO

Como método de trabalho para este primeiro ponto, optou-se por dar destaque aos três momentos mais significativos, cruciais e decisivos da Assembléia, em torno dos quais se agrupam os demais elementos que compõem a história da redação do texto.

1. Terça-feira 13: a largada sem um acordo sobre as regras do jogo

No dia 13-10, primeiro dia de trabalho da ASD, após sua inauguração pelo papa João Paulo II na véspera, viria à tona um mal-estar e teria início um processo de auto-afirmação gradativo da Assembléia, principalmente em relação à metodologia, mas também em relação ao tipo de documento e seu conteúdo, que iriam persistir até o final dos trabalhos. Entram em jogo os atores da ASD, seu Regimento Interno e a Dinâmica levada a efeito.

1.1 Os atores da ASD

Na ASD estiveram presentes legítimos representantes de todos os segmentos do episcopado latino-americano. As Conferências Episcopais nacionais levaram a sério a votação de seus delegados. Em sua grande maioria, os membros da ASD eram bispos *pastoralistas* que chegaram trazendo as angústias e as esperanças de seus rebanhos. Eram bispos muito mais próximos de seu povo do que os que estiveram em Medellín e Puebla. Neste sentido basta citar a evolução do episcopado paraguaio, boliviano, equatoriano, panamenho, hondurenho e venezuelano. A atuação principalmente destes episcopados foi, sem dúvida, uma das melhores surpresas para os que temiam um recuo da Igreja latino-americana e caribenha em relação à tradição de Medellín e Puebla. A maioria dos bispos veio à ASD preocupada principalmente com "a miséria crescente das massas", um problema

“que nos comove até as entranhas”, diriam eles depois no documento final. Eles formavam, no entanto, um grupo bastante heterogêneo, em sua grande maioria colegial em relação à autoridade, majoritariamente local frente à sociedade, conservador e progressista no plano social, e em geral profético no âmbito teológico.

Com sensibilidade e preocupação diversas das dos *pastoralistas*, estavam os “*doutrinários*” que, com a Cúria Romana, ao contrário das Assembléias precedentes aqui fortemente representadas, constituíam pouco mais de 1/3 dos participantes. Esse segmento, na América Latina, se articula principalmente em torno dos Movimentos do Opus Dei, de Comunhão e Libertação, Focolari, Schönstatt, Legionários de Cristo e Catecúmenos. Estes estavam preocupados sobretudo em reafirmar a identidade da Igreja Católica, para enfrentar o problema do avanço crescente das seitas, e em guardar ou “salvar” a ortodoxia da doutrina, sobretudo no terreno da cristologia e da eclesiologia, diante de certas teses sedutoras da Teologia da Libertação, tidas por eles como reducionistas da Tradição Católica. Era um grupo mais homogêneo que o dos “*pastoralistas*”, vertical em relação à autoridade, universal frente à sociedade, conservador no plano social, e dogmático no âmbito teológico.

A parte pastoral do Documento encontrou consenso relativamente fácil

Assim, na ASD, ao contrário do que se passou em Medellín e Puebla, a correlação de forças se estabeleceu, não entre conservadores e progressistas, mas entre “*pastoralistas*” e “*doutrinários*”. Tanto que ninguém, em nenhum momento, questionou a opção preferencial pelos pobres, p.ex., ou as CEBs e o engajamento da Igreja no social. O verdadeiro debate, para não dizer a grande confrontação, na ASD, se deu em torno de questões doutrinárias, mais concretamente sobre o terreno da Cristologia e da Eclesiologia, a parte doutrinal do DSD. A parte pastoral do Documento – Promoção humana, Cultura cristã e Linhas Pastorais prioritárias – encontrou consenso relativamente fácil entre os participantes. Neste terreno não houve nenhuma questão disputada.

Fora os bispos, os demais membros pouco influíram na ASD. Os observadores tiveram pouco espaço de ação e os representantes de religiosos, presbíteros e diáconos tiveram dificuldade de situar-se dentro da complexidade de um tal evento. Quanto aos peritos, dentre os quais alguns poucos teólogos, nenhum ligado à teologia latino-americana, eles não foram capazes de prestar a assessoria que esperavam e mereciam os bispos.

1.2 A metodologia dos trabalhos

A metodologia dos trabalhos da ASD começou a ser preparada por uma equipe designada pelo CELAM em janeiro do mesmo ano. Foram elaborados dois projetos semelhantes (A e B), a serem submetidos à Presidência do CELAM e à Pontifícia Comissão para a América Latina (= CAL), organismo da Cúria Romana ligado à Congregação dos Bispos. O primeiro projeto (A) casava a metodologia de Medellín com a de Puebla, isto é, mesclava discussão de conteúdos e redação de um documento durante todo o período dos trabalhos. O segundo (B) previa uma Assembléia composta de dois momentos, um de discussão e outro de redação. Em fevereiro, tanto a presidência do CELAM quanto a CAL optaram pelo primeiro projeto (A), o melhor deles, uma vez que estava em sintonia com a metodologia do ver-julgar-agir, corrente nas assembléias pastorais nos diversos níveis da Igreja no continente e com a epistemologia da teologia latino-americana. A metodologia contemplava essas três etapas: a primeira – ES-

CUTAR – ou discernir os novos sinais dos tempos na sociedade e na Igreja latino-americana; a segunda – ILUMINAR – ou discernir a Palavra de Deus hoje na América Latina; e a terceira – RESPONDER – ou discernir as estratégias da Nova Evangelização no continente.

Introduziram-se quatro “ponências” sinodais, de caráter doutrinal

A publicação, no entanto, do DT, no final de julho, provocou uma reviravolta nos preparativos da ASD. Ninguém esperava, baseando-se sobretudo na história da preparação de Puebla, por um documento tão conseqüente com as sugestões concretas publicadas pela SR. Era um sinal dado pelo CELAM de que ele não se prestava mais ao centralismo romano.

Na seqüência, veio a nomeação da Presidência e da Secretaria da Assembléia e mudou-se, também, o projeto de metodologia anteriormente aprovado. Entre outros, retiraram-se da Dinâmica as reuniões previstas por delegados de Conferências Episcopais Nacionais e por Regionais do CELAM e introduziram-se quatro “ponências” sinodais, de caráter doutrinal, como ponto de partida dos trabalhos referentes aos quatro grandes temas da IV^a Conferência, a saber, Jesus Cristo, Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã. Conforme os bispos iriam constatar durante o decorrer dos trabalhos, as quatro Conferências visavam, e conseguiriam em parte, evitar que o DT fosse o ponto de partida da Assembléia, mesmo que, por sua vez, elas mesmas não tivessem provocado qualquer influência na redação do Documento. Foi esta a metodologia que os membros da ASD receberam, publicada no Manual do Participante, na abertura dos trabalhos.

1.3 A inauguração da ASD

A inauguração da IV^a Conferência, no dia anterior, pelo papa João Paulo II, não causou o impacto do discurso programático de Puebla. O discurso não apresentou elementos novos. O papa contentou-se em reafirmar seu ensinamento para a América Latina durante os últimos anos, a não ser a proposta de um Sínodo Panamericano, que foi recebida com interesse e desconfiança. Com interesse, pois o episcopado latino-americano, como reafirmaria o documento da ASD depois, quer intensificar o diálogo com o primeiro mundo, tanto a nível eclesial como no campo da ecologia e do ecumenismo; e com desconfiança, uma vez que poderia ser interpretada como a confirmação da vontade daqueles setores que agora buscam diminuir o espaço do CELAM.

Fora isso, a centralização do seu discurso em torno de Jesus Cristo foi usada pelos “*doutrinários*” para justificar a elaboração de um Documento que não só partisse da doutrina, como também se restringisse à explicitação da doutrina cristológica.

1.4 A nova mudança na metodologia, na abertura dos trabalhos

Dada a decisão do Papa, de participar dos trabalhos da Assembléia na tarde de terça-feira 13, mudou-se a metodologia prevista no Manual do Participante. A metodologia do Manual (cf p.76 e 203) reservava as quatro sessões do dia para a *Organização da Assembléia*: chamada dos Participantes, apresentação do Regimento, apresentação das Normas Internas de Debate, e apresentação do Manual do Participante – 1^a sessão; discussão e aprovação dos *Objetivos e da Dinâmica da IV^a Conferência* (ponto de partida da IV^a Conferência: tipo de Documento e Conclusões e apresentação dos Objetivos e da Dinâmica da Assembléia) – 2^a sessão; ainda, discussão e aprovação dos Objetivos

- 3ª sessão; e, finalmente, discussão e aprovação da *Dinâmica de Trabalho* e nomeação de Comissões (de Coordenação, de Redação, das Mensagens, Jurídica e Escrutínios) - 4ª sessão.

Decidiu-se, então, concentrar toda a agenda do dia na parte da manhã. Foi elaborado um novo projeto que se limitava à apresentação do Regimento, à informação sobre as Normas Internas de Debate (1ª sessão) e à apresentação da Dinâmica, à comunicação sobre a constituição das Comissões e à informação sobre o Banco de Dados (2ª sessão), portanto excluindo-se a discussão e a aprovação por parte da Assembléia (cf Agenda do dia 13).

O critério dos 2/3 condicionava a aprovação de qualquer texto ao aval da Cúria Romana

1.5 A previsível reação

Mesmo sem tempo previsto para intervenções por parte dos participantes, muitos bispos pediram e usaram da palavra invocando "questão de ordem". Sérgio CONTRERAS, bispo de Temuco-Chile, questionou o Artigo 7 do Regimento, parágrafo 2, que submete a aprovação dos textos conclusivos a 2/3 dos votos válidos, argumentando que, para um texto de caráter pastoral, é exigir demais. Na verdade, o critério dos 2/3 condicionava a aprovação de qualquer texto ao aval da Cúria Romana que, com os bispos "doutrinários" do continente, presentes na Assembléia, somavam pouco mais de 1/3. Carmelo Juan GIAQUINTA, bispo de Posadas-Argentina, chamou a atenção para o fato de que a metodologia em aplicação não era a do Manual e reclamou a ausência de debate sobre a dinâmica proposta. Justo Oscar LAGUNA, bispo de Morón-Argentina, lembrou o espírito de liberdade de trabalho que reinou em Puebla, onde foi a Assembléia mesma quem constituiu as Comissões, e acentuou que esta Conferência, como as anteriores, não é Sínodo e que, como o Episcopado latino-americano sempre se destacou por sua fidelidade ao Papa, não há nada que justifique o "medo do Vaticano" (sic).

Dom Ivo LORSCHTEITER, de Santa Maria, RS, depois endossado por Dom Clemente ISNARD, de Nova Friburgo, RJ, pediu que a metodologia só fosse aprovada após seu estudo pelas "Conferências Episcopais Nacionais" (sic), e chamou a atenção para o fato de que havia demasiado tempo para Plenários e pouco para o trabalho em Comissões. Pediu, outrossim, que fosse permitido à Assembléia pronunciar-se sobre o número de Comissões e sugerir nomes que posteriormente seriam ratificados pela Presidência. Finalmente, reivindicou uma reunião por Conferência Episcopal Nacional para definir o tipo de Documento que se queria redigir.

Já é uma tradição do "magistério latino-americano" (sic) produzir um Documento

Emílio Bianchi DI CARMO, bispo de Azul-Argentina, bem como Dom Jaime CHEMELLO e Sérgio OBESO RIVERA, bispo de Xalapa-México, também pediram mais tempo para o trabalho em Comissões Especializadas. Além disso, Dom Jaime lembrou que o tempo previsto de 6 minutos para as intervenções individuais em plenário era demasiado; Mons. BIANCHI, que fosse permitido à Assembléia votar os nomes dos integrantes das Comissões; e Mons. OBESO, que as "ponências" não fossem proferidas em plenário, mas apenas se distribuíssem os textos.

O Cardeal PRIMATESTA, de Córdoba-Argentina, endossado pelo Reitor da Universidade Católica da mesma cidade, insistiu em que os leigos tinham necessidade de um texto breve e que, então, em vez de um Documento, se redigisse apenas um texto simples, contendo linhas pastorais concretas. Mais adiante, o Episcopado argentino votaria em bloco por essa idéia, com exceção de dois bispos.

Edmundo Flávio ABASTOFLOR MONTEIRO, bispo de Potosi-Bolívia, retrucou em nome da Conferência Episcopal de seu país, como seu presidente, que já é uma tradição do "magistério latino-americano" (sic) produzir um Documento, mas que fosse coerente entre as diversas partes, o que implicaria a definição de antemão, por parte da Assembléia, do seu eixo estruturado. Por fim, Dom Luciano MENDES DE ALMEIDA, presidente da CNBB, além de igualmente pedir à Presidência que a Assembléia sugerisse nomes para constituírem as Comissões e que se pudesse intervir no plenário também em nome de grupos ou Comissões, insistiu em que a Assembléia deveria redigir um Documento, mas que, em seu processo de redação, para que se chegasse a um texto coerente, não se concluísse uma parte independentemente das outras.

1.6 O começo dos trabalhos sem a definição de suas regras

Como já se havia chegado ao final da 2ª sessão e o Papa viria na parte da tarde participar dos trabalhos, apesar dessas sugestões e reivindicações concretas, continuou-se a Assembléia como se havia previsto, prolongando-se este mal-estar da abertura até o final da mesma. Segundo depoimento de um bispo, na revisão feita pelo Episcopado brasileiro, tinha-se a impressão de "andar-em-roda" todo o tempo. Houve dias em que, mesmo a equipe encarregada da Dinâmica, ainda não sabia à noite o que se faria no dia seguinte.

1.7 "Concessões" de gota em gota

Após a "ponência" sobre Jesus Cristo diante do Papa, no dia seguinte retomou-se a agenda prevista, com as intervenções em plenário limitadas a quatro minutos, primeiro sobre a realidade eclesial e depois a social, conforme indicação recebida. De um lado, pretendia-se evitar a metodologia indutiva, partindo-se de um "ver" em que a Igreja se situa dentro do mundo e, de outro, pretendia-se mostrar que a era dos intelectuais e principalmente dos sociólogos terminou.

No início da 2ª sessão a Presidência pediu à Assembléia que entregasse à Secretaria, por escrito, sugestões sobre o tipo de Documento que se queria redigir: estilo, conteúdos, fio condutor e destinatários. Na última sessão do dia, a partir das sugestões da Assembléia, a Presidência nomeou as Comissões de serviço e anunciou também que se iria adaptar a Dinâmica de maneira a dar mais tempo ao trabalho das Comissões Especializadas.

2. Quinta-feira 22: a armadilha de um Documento curto

Ainda na quarta-feira, 14-10, por grupo de delegados de Conferências Episcopais Nacionais, elaborou-se um elenco de Temas e Sub-temas que, segundo os bispos, deveria compor o conteúdo do futuro Documento. Após um trabalho de síntese realizado pela Comissão de Coordenação nessa mesma noite, no dia seguinte, 15, na parte da manhã, procedeu-se à apresentação, discussão e aprovação dos 30 temas que seriam trabalhados por 30 Comissões Especializadas, durante seis dias. Para a constituição das Comissões, cada participante inscreveu-se em três temas, em primeira, segunda e terceira opção, para que depois, caso houvesse excesso de inscritos num tema de primeira opção, p.ex., e faltasse

num de segunda, se pudesse deslocar alguns daquela para esta. Ao se compor as Comissões, no entanto, os membros da Cúria Romana foram deixados sempre em primeira opção. Na parte da tarde já se começou o trabalho das redações temáticas por Comissões Especializadas.

2.1 As quatro redações temáticas

Do dia 15 ao dia 21, concatenou-se o trabalho das redações temáticas por Comissões Especializadas com o das Conferências Magistrais e as intervenções individuais em plenário sobre Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã.

À medida em que as Conferências foram acontecendo, os bispos foram se dando conta de que elas haviam conseguido desviar a Assembléia da atenção ao Documento de Trabalho. Com exceção da "ponência" de José Luís ALEMÁN sobre Promoção Humana, que retomava o DT, as demais foram classificadas por alguns bispos, nas sessões plenárias, como "perda de tempo" (sic).

A ausência total dos teólogos da corrente latino-americana

Sentiu-se também, nesta fase das quatro Redações Temáticas, de um lado, a fragilidade do trabalho de assessoria por parte dos peritos nomeados para a ASD, e especialmente a ausência total dos teólogos da corrente latino-americana. O CELAM, por outro lado, que havia feito um colossal trabalho de organização de um rico Banco de Dados, acessível por terminal de computador para assessorar as Comissões Especializadas, viu seu esforço desperdiçado. O Banco de Dados praticamente não foi utilizado. Os bispos, nas Comissões, trabalharam duro e deram o melhor de si, mas sem subsídios e sem assessoria direta competente.

Na quinta-feira, 15, elaborou-se a 1ª Redação Temática. No dia 16, após o cruzamento da redação do tema de cada Comissão com os das demais Comissões, procedeu-se à 2ª Redação. No dia 20, após cada Comissão ter fundamentado seu tema a partir da Cristologia, da Eclesiologia, da Promoção Humana e da Cultura Cristã nos dias 17 e 19, elaborou-se a 3ª Redação Temática. Conforme constatou-se depois, queria-se com isso fazer as Comissões incorporarem os conteúdos das "ponências" mas, na prática, elas incorporaram os conteúdos a partir de sua própria ótica, o que salvaria a Cristologia e a Eclesiologia do Documento, uma vez que elas aparecem em todas as partes do texto e não só nos capítulos dedicados especificamente a elas.

No dia 21, na parte da manhã, cada Comissão confrontou seu tema com as demais e, na parte da tarde, elaborou-se a 4ª e última Redação Temática. A partir daqui, o texto, em teoria, deixaria de pertencer às Comissões para pertencer à Assembléia. Na prática, a parte doutrinal do Documento se distanciaria cada vez mais do que as Comissões Especializadas tinham produzido, sem que a Assembléia pudesse ter encontrado uma forma de submeter as subcomissões de redação ao seu controle. Os "modos" seriam dificilmente incorporados. Isso se deve ao fato de que a Comissão de Redação trabalhou em subcomissões, sendo que a parte doutrinal ficou a cargo do grupo dos "doutrinários", sem que Dom Luciano, moderador da Comissão, pudesse interferir nos seus trabalhos, uma vez que ele mesmo se encarregara de redigir a parte da Promoção Humana.

2.2 O mal-estar diante da Primeira Redação Global

Foi somente na sexta-feira, 16, após a elaboração da 2ª Redação Temática, que se definiu, enfim, por votação, as caracte-

terísticas e o estilo do Documento. Na oportunidade, entretanto, definiu-se o óbvio e, aliás, de maneira tão genérica, que pouco iria influir na fase de redação final.

Ainda no dia 20, após a elaboração da 3ª Redação Temática, já se havia começado a apresentação e discussão do primeiro capítulo do Documento, a parte cristológica, a *Profissão de Fé* (1.1) e a *Situação Histórica dos 500 anos* (1.2), fruto do trabalho das Comissões 1 e 2. Apesar de, no dia 22, por ocasião da votação indicativa, estes textos terem sido folgadoamente aprovados, quase todos os parágrafos, porém, foram aprovados com *placet juxta modum*, exprimindo o descontentamento da Assembléia em relação ao seu conteúdo.

Quase todos os parágrafos foram aprovados com *placet juxta modum*

Nesse mesmo dia, a primeira sessão foi dedicada ao estudo pessoal da parte eclesiológica, que abarcava o trabalho das comissões 3 a 16. A 2ª sessão estava destinada às intervenções individuais sobre o texto. Inscreveram-se 120 oradores, e mesmo que o tempo das intervenções tivesse sido reduzido a 2 minutos, só tiveram tempo de falar uns 40. A maioria das intervenções versava menos sobre aspectos do conteúdo em particular que sobre a linha do Documento em sua globalidade e a maneira como a Assembléia tinha sido conduzida até então.

2.3 A auto-affirmação gradativa da Assembléia

A tarde da quinta-feira, 22-10, estava reservada à continuidade das intervenções individuais sobre o primeiro capítulo da 1ª Redação Global. Elas continuavam todas na mesma linha. Emílio BIANCHI, da Argentina, criticou a falta de tempo e de tranquilidade para estudar, discutir e votar os textos, em resumo, a correria nesta fase, quando se perderam dois dias, no início, por não se discutir a metodologia, e mais um dia com as quatro "ponências". E concluiu: "Como nossa febre é produzir documentos, o Documento de Santo Domingo será um documento pobre, uma frustração para nossas Igrejas". Era o Episcopado argentino que se manifestava mais uma vez no sentido de não se redigir um Documento. Pedro Hernan GONZALEZ, da Venezuela, questionou a utilidade e as características do Documento. Luís BAMBARÉM, do Peru, pediu uma linguagem mais simples e impactante no texto. Alberto SUAREZ, do México, criticou a falta de coerência no texto em geral. Antônio POSSAMAI, do Brasil, além de assinalar que o texto era por demais extenso, constatou que o método de redação que estava sendo aplicado, o de partir da doutrina, fez a Assembléia sentir-se perdida. Sugeriu que se seguisse a ordem indutiva: Desafios Pastorais, Iluminação Teológica e Linhas Pastorais, conforme o costume e tradição das assembleias eclesiais no continente. Um bispo do Uruguai ressaltou que o método utilizado pelo papa não é o dedutivo. Fernando FIGUEIREDO, do Brasil, pediu mais brevidade e um texto mais sugestivo.

2.4 O momento crucial e decisivo da ASD

Enquanto os oradores expressavam seu descontentamento em relação à parte doutrinal do Documento, parte da Presidência, a Secretaria Geral, a Comissão de Redação e de Coordenação haviam-se retirado do recinto para juntos buscarem uma saída ao mal-estar que perdurava desde o dia anterior, principalmente por causa dos critérios de redação.

Após a intervenção de 15 oradores, a Presidência interrompeu a sessão para dar a palavra a Dom LUCIANO, moderador da Comissão de Redação, que voltava da reunião. Ele ressaltou

que dois pontos pareciam comuns entre os oradores: primeiro, que o texto é muito longo e lhe falta um estilo mais impactante e, segundo, que há temas repetidos e falta novidade. Como solução propôs reduzir e dar mais força ao texto.

Diante dessa proposta começou nova ronda de intervenções espontâneas em que se perguntava, além disso, sobre o valor dos "modos" a serem elaborados, uma vez que se constatava que a Comissão de Redação se havia distanciado do trabalho das Comissões Especializadas.

Em lugar de se ter um Documento ruim, era melhor não ter nenhum

Foi nesse momento que os que desde o início da Assembléia se haviam pronunciado contra a redação de um Documento, sobretudo a delegação argentina, sentiram-se com força, com a escusa de, em lugar de se ter um Documento ruim, era melhor não ter nenhum.

Habilmente, Dom LUCIANO interveio novamente, pedindo "uma espécie de bênção" (sic) da Assembléia à Comissão de Redação, para que eles pudessem seguir o trabalho de revisão do texto de acordo com as sugestões da Assembléia. A fim de que a Assembléia pudesse deliberar sobre essa proposta, a Presidência interrompeu a sessão por 10 minutos, mas que na realidade foram 23. Durante esse espaço de tempo, vários grupos se formaram espontaneamente no plenário, e a Presidência aproveitou para se reunir de novo com a Secretaria, as Comissões de Redação e de Coordenação. Retomados os trabalhos, Dom LUCIANO sugeriu a votação de quatro propostas: 1) continuar o trabalho de redação; 2) levar em conta todo o trabalho das Comissões Especializadas; 3) trazer para o dia seguinte as sugestões de melhoria do texto; e 4) aprovar de maneira genérica os textos recebidos para que a Comissão de Redação pudesse retrabalhá-los a partir das sugestões da Assembléia.

Submetidas as quatro propostas a votação, o resultado foi amplamente favorável: 171 a favor, 15 contra, 11 abstenções e 1 *juxta modum*. Dentre os 15 votos contra, 11 vinham do episcopado argentino, ou seja, todos menos dois. O escrutínio foi encerrado com uma grande salva de palmas por parte da Assembléia. Dom LUCIANO acabava de salvar o Documento e a própria Presidência, incapaz de encontrar uma saída.

O primeiro grande impasse estava superado. O grande problema, como se constataria a seguir, é que se votou por reduzir o texto sem estabelecer sob que critérios isso seria feito, o que resultaria em seu nítido empobrecimento e distanciamento ainda maior dos trabalhos realizados pelas Comissões Especializadas. Outro problema foi, por um lado, a sábia decisão estratégica de melhorar o texto através de "modos", para se sair da Assembléia com um Documento, mas por outro, a batalha se mostraria difícil, dado que as subcomissões encarregadas das partes doutrinárias não iriam incorporá-los ao texto em sua maior parte.

2.5 O primeiro grande acordo em torno das Opções Pastorais Prioritárias

Ainda na quarta-feira, 21, ao finalizar a 4ª Redação Temática, cada Comissão Especializada foi convidada a discutir e propor cinco Opções Pastorais Prioritárias a serem enviadas à Secretaria. Na sexta-feira, 23, na parte da tarde, foi divulgado o resultado da compilação das propostas. De um total de 28 Comissões, pois as duas primeiras se ocupavam em redigir o capítulo 1º do Documento, 23 se pronunciaram pela Opção

Preferencial pelos pobres (82%), 19 pelos leigos (68%), 15 pela vida (54%), 15 pela família, 11 pelos jovens (39%), 11 por cultura-inculturação, 10 por cidade e cultura urbana (36%), 10 por Comunicação Social, 7 por Missões (25%), 7 por culturas indígenas e afro-americanas, 5 por Justiça e Direitos Humanos (18%), 4 por Catequese (14%), 3 por Mulher (11%), 3 por Comunidades, 3 por Ministérios, 2 por Educação (7%), 2 por Vocações, 2 por Santidade etc.

No sábado, 24-10, parte da 2ª sessão foi reservada a uma discussão sobre as Opções Prioritárias, a partir da síntese das sugestões das Comissões Especializadas. Para surpresa de todos, Dom LUCIANO apresentou um gráfico simples mas que resumia de maneira amplamente satisfatória as proposições das Comissões, seguido de uma prece que retomava, em forma de oração, as Prioridades. Sua apresentação foi encerrada com uma grande salva de palmas da Assembléia.

Dom LUCIANO apresentou um gráfico simples mas que resumia as proposições das Comissões

Com procedência ou não, terminada a sessão, Dom LUCIANO foi duramente repreendido por não ter discutido anteriormente a proposta apresentada e vivamente acatada pela Assembléia. Apesar disso, estava sendo selado o primeiro grande e decisivo acordo da Assembléia, a partir do qual seriam tecidos todos os demais. Logo após a salva de palmas, usaram da palavra para congratularem-se com Dom LUCIANO os seguintes bispos: Manuel PRADO, do Peru, Cardeal Juan LANDÁZURI, do Peru, Juan SANDOVAL, do México, José ARANCEDO, da Argentina, Bosco VIVAS, da Nicarágua, Juan MARTINI, do Peru, Luís BAMBAREM, do Peru, Afonso GREGORY, do Brasil, Cristian CARO, do Chile, Sinésio BOHN, do Brasil, David PICÃO, do Brasil, Ovídio PEREZ, da Venezuela, Juan SARASTI, da Colômbia, Angelo SALVADOR, do Brasil, Diego PADRON, da Venezuela, Dario CASTRILLON, da Colômbia.

2.6 A decisão por uma única Mensagem

Ainda no início da Assembléia, a Presidência havia nomeado a Comissão de Mensagem, tendo como moderador o Card. Dom Lucas MOREIRA NEVES, do Brasil. Sem prévia negociação com a Assembléia sobre o número e os destinatários das Mensagens, no sábado, 24, seu texto foi entregue. Eram em número de 7: Mensagem aos Povos da América Latina, aos Governos, aos homens públicos e políticos, às Igrejas cristãs, às Famílias e aos Jovens, aos Comunicadores Sociais e, finalmente, às Nações Unidas.

Após o término do tempo designado para a leitura desses textos, iniciou-se a discussão com a finalidade de votá-las a seguir. Logo de início, vários oradores pronunciaram-se a favor da redação de uma única Mensagem aos Povos da América Latina. A Presidência interrompeu então a sessão por 15 minutos, para que os participantes deliberassem a respeito.

Retomados os trabalhos, a Assembléia continuou propondo uma só Mensagem. A sessão foi novamente interrompida para que a Presidência decidisse sobre o modo de votação. Retomados em seguida os trabalhos, votando-se na forma tradicional, 153 se pronunciaram por uma só Mensagem, 16 contra, e 5 se abstiveram. Na seqüência, pediu-se uma Mensagem especial para as famílias. Procedeu-se, então, a nova votação: 53 votaram a favor, 116 contra, e 6 se abstiveram.

3. Segunda-feira, 26-10: a preferência por um Documento defeituoso a voltar de mãos vazias

Este dia também foi decisivo para a Assembléia, pois ainda não se tinha certeza de que sairia um Documento.

3.1 A decepção diante da 1ª Redação do Texto Final

Na segunda-feira, 26, foi entregue aos participantes a 1ª Redação do Texto Final, depois de todas as sugestões do dia 22. A agenda do dia previa tempo livre para seu estudo pessoal e volta no final da tarde para a votação. Vários oradores entrevistaram, entretanto, pedindo mudança na Dinâmica, com uma sessão plenária para discussão do texto antes da votação. Alguns se pronunciavam de maneira desfavorável. A Presidência submeteu, então, a proposta à votação. Muitos estavam ausentes, mas 112 votaram a favor, 98 contra, e 2 se abstiveram. A sessão seria convocada, mesmo sob o protesto dos que alegavam que não se haviam conseguido os 2/3 necessários.

Nem todas as partes tinham sido reduzidas de maneira equitativa

Na sessão plenária, a Assembléia, que havia pedido uma redução do texto, constatou, de um lado, que nem todas as partes tinham sido reduzidas de maneira equitativa e, de outro, que a redução tinha sobretudo empobrecido o texto. Quanto à redução: Profissão de Fé, das 5 páginas haviam sido conservadas as 5 (0% de redução); História, de 4 reduziu-se para 2 (-50%); Nova Evangelização, de 58 para 29 (-50%); Promoção Humana, de 28 para 11 (-61%); Cultura Cristã, de 21 para 12 (-47%); e Linhas Pastorais, de 3 para 3 (0% de redução).

Entretanto constatou-se, sobretudo, que a redução tinha significado um distanciamento dos conteúdos trabalhados até então pela Assembléia, mais concretamente pelas Comissões Especializadas. Comparado com os textos das Redações Temáticas, esse texto era quase irreconhecível. Vários bispos ocuparam a palavra, pedindo que se recuperasse o trabalho das Comissões Especializadas: Raul SCARRONNE, do Uruguai, Ramón GODINEZ, do México, Júlio CABRERA, da Guatemala, Pedro PADRON, da Venezuela, Demétrio VALENTINI, do Brasil, José GRULLON, da República Dominicana, Juan SANDOVAL, do México, José Luís ASCONA, do Brasil. Entre outras coisas, Ramón GODINEZ falou também da necessidade de se resgatar o Documento de Trabalho; José Luís ASCONA, de que as Comissões Especializadas não se reconheciam mais no texto; e Manuel VIAL, do Chile, que a Comissão de Educação estava decepcionada com o conteúdo do seu tema e pedia a volta do texto anterior. Por outro lado, vários bispos protestaram que seus "modos" não tinham sido levados em conta, como foi o caso de Dom Demétrio VALENTINI.

3.2 A decisão estratégica de melhorar o texto através de "modos"

Novamente a Assembléia deparou-se com um estado crítico de ânimo. Às vésperas do término dos trabalhos, ainda não estava claro que os bispos voltariam com um Documento. Foi quando vários deles usaram da palavra para encorajar a Assembléia. Dom Ivo LORSCHTEITER, falando em nome de um grupo de bispos brasileiros, ofereceu-se para apresentar "com carinho" (sic) diversos "modos" no sentido de melhorar o Documento. Na avaliação final da delegação da CNBB, reconheceu-se o papel importante desempenhado por Dom Ivo que, com sua experiência, "acalmou" a Assembléia em seus momentos mais cruciais. Geraldo FLORES, da Guatemala, pronunciou-se no mesmo sentido. Álvaro RAMAZ-

ZINI, da Guatemala, advertiu que a Assembléia não poderia voltar de Santo Domingo com as mãos vazias e que era preciso optar por melhorar o texto que se tinha. Juan Jesús POSADAS, do México, pediu que não se rejeitasse o texto, o que significaria um enorme tempo perdido. Por fim, Juan Luís CIPRIANI, do Peru, augurou à Assembléia "ânimo para avançar" (sic).

A Assembléia não poderia voltar de Santo Domingo com as mãos vazias

3.3 Placet, mas com 5.000 "modos"

A Assembléia optou por aprovar o texto, tentando melhorá-lo através de "modos". Todos os textos, enfim, foram aprovados, com mais de 75% dos votos, menos o "Salmo da América", que não alcançou os 2/3 necessários. Quanto à Prece de Dom LUCIANO, o texto já havia sido acolhido anteriormente. Entretanto, a maioria quase absoluta dos parágrafos foi votada na modalidade *placet juxta modum*, expressa nos 5.000 "modos" enviados à Comissão de Redação, no intuito de melhorá-lo. A maior parte deles era destinada à parte doutrinal, mais especificamente à Ecclesiologia.

Dado o trabalho colossal a empreender, a Presidência decidiu reforçar a Comissão de Redação com a nomeação de outros bispos: Clóvis FRAINER, do Brasil, Juan SANDOVAL, da Venezuela, Dario CASTRILLON, da Colômbia, José Maria ARANCIBIA, da Argentina, Jaime CHEMELLO, do Brasil e Jorge MEDINA, do Chile. Alguns deles não foram aceitos por algumas subcomissões, alegando não terem necessidade de reforço.

3.4 A votação do "tudo ou nada"

Na terça-feira, 27-10, foi entregue o texto das Conclusões Finais, em princípio já com os 5.000 "modos" incluídos, a fim de ser estudado individualmente e votado no dia seguinte, unicamente através da modalidade *placet e non placet*, sem portanto possibilidade de emendá-lo, através de uma votação por destaque, por exemplo.

O texto das Conclusões Finais, conforme pedido anterior da Assembléia, aumentou de volume: Profissão de Fé e História permaneceram inalterados, 5 e 2 páginas respectivamente; Nova Evangelização, de 29 aumentou para 37 (+22%); Promoção Humana, de 11 para 18 páginas (+38%); Cultura Cristã, de 12 para 15 (+20%) e, finalmente, Linhas Pastorais permaneceu igual, 3 páginas. O texto da Promoção Humana, que havia na redação anterior sofrido maior redução, foi o que nesta redação mais aumentou de volume.

Quanto à introdução dos 5.000 "modos", como o texto apresenta *em negrito* a incorporação deles, sem se poder, entretanto, avaliar a quantidade de "modos" iguais ou repetidos, constata-se a inclusão de 407 (8%) do total, a saber, 37 em Profissão de Fé (9%), 14 em História (3%), 241 em Nova Evangelização (incluída a Introdução, 5, 62%), 30 em Promoção Humana (7,5%) e 79 em Cultura Cristã (20%). Como se sabe, a maioria dos "modos" eram destinados à parte doutrinal do texto.

3.5 Um texto equilibrado pelo menos em suas proporções

No final, chegou-se a um maior equilíbrio entre o número de páginas da parte doutrinal e pastoral do texto. Na 1ª Redação Global (quinta-feira, 22), 67 páginas eram consagradas à parte doutrinal e 53 à pastoral; no Texto Final (segunda-feira, 26), 37 à doutrinal e 26 à pastoral; enfim, nas Conclusões Finais (terça-feira, 27), 44 à parte doutrinal e 36 à pastoral.

II. ALGUMAS CHAVES DE LEITURA A PARTIR DO CONTEXTO DE REDAÇÃO

A partir dos elementos do contexto de redação do DSD, que foram explanados em vista de uma crítica histórica do mesmo, apresentar-se-ão, a seguir, *quatro chaves de leitura* do texto. Elas não têm a pretensão de serem as únicas portas de entrada no sentido que seus autores quiseram conferir-lhe. Uma crítica literária do texto, p.ex., indicaria outras, ainda que de outra ordem. No entanto, ao tomar-se em conta o contexto de redação do DSD, as quatro chaves de leitura a serem apresentadas impõem-se com certa evidência.

As quatro chaves de leitura a serem apresentadas impõem-se com certa evidência

1ª Ler todo o Documento desde uma perspectiva libertadora

A ótica libertadora é o pano de fundo do texto, materializada na reafirmação de Medellín e Puebla, na renovação da opção preferencial pelos pobres e na decisão por uma Evangelização inculturada.

A reafirmação de Medellín e Puebla

Os bispos presentes em Santo Domingo, em sua grande maioria, quiseram colocar o novo Documento na linha direta de continuidade com Medellín e Puebla. Todas as fases de redação do texto fazem referência a estes Documentos e o DSD reassume Medellín em três oportunidades (cf nn. 1, 179, 296), como também reassume Puebla (cf nn. 1, 247, 196). Além disso, é a explicitação desta "continuidade com as orientações de Medellín e Puebla" que encabeça o enunciado das prioridades (cf n. 302).

A expressão mais concreta disso encontra-se no resultado de uma consulta feita à Assembléia sobre as opções pastorais do futuro Documento. Dentre 9 grupos de trabalho que reagrupavam Comissões Especializadas, 6 assinaram (66%) que "*Santo Domingo deveria reafirmar as opções de Medellín e Puebla*", uma vez que "*esta Conferência está em continuidade com a ação da Igreja nas duas Conferências anteriores*" (cf Síntese de las Reuniones Reja). Os dois outros grupos não se pronunciaram sobre a questão e apenas um grupo (12%) assinala que "não se deve ratificar ditas opções" porque "Santo Domingo tem um ponto de partida diferente das outras Conferências" (ibid.).

Ora, por "linha de Medellín e Puebla" entende-se basicamente a linha libertadora, identidade da Igreja latino-americana. Foi bem esta identidade que, durante os preparativos da Assembléia, os bispos haviam recuperado através da SR e do DT, em reação ao Instrumento Preparatório e ao Documento de Consulta, que dela se distanciavam.

A opção preferencial pelos pobres aparece visualizada no quadro das Opções Pastorais Prioritárias

A renovada opção preferencial pelos pobres

A leitura de todo o Documento desde uma perspectiva libertadora se alicerça, antes de mais nada, sobretudo sobre a opção preferencial pelos pobres, solenemente recomendada pelo Papa em seu Discurso Inaugural, renovada pela Assembléia e registrada no Documento Final em diversas oportunidades (cf nn. 50, 178, 179, 275, 296, 302).

De forma mais solene e explícita, a opção preferencial pelos pobres aparece visualizada no quadro das Opções Pastorais Prioritárias, ligada ao tema da Promoção Humana, tema precedido pelo da Nova Evangelização e seguido pelo da Cultura Cristã. Essa visualização, entretanto, poderia fazer entender que a opção pelos pobres não é mais a prioridade das prioridades, pois ela é apresentada como uma entre tantas outras. A realidade não é bem assim. Basta remeter-se ao trabalho das Comissões Especializadas para se dar conta da importância que a Assembléia lhe atribuiu. Dentre as 28 Comissões Especializadas consultadas sobre as Linhas Pastorais Prioritárias a serem definidas, 23 se pronunciaram pela Opção preferencial pelos pobres (82%), aparecendo esta, pois, em primeiro lugar. Não desligada do espírito e das conseqüências desta opção, 19 se pronunciaram pelos Leigos, 15 pela Vida, 11 por Cultura-Inculturação, 7 por Culturas indígenas e afro-americanas, 5 por Justiça e Direitos Humanos etc.

A evangelização inculturada

A perspectiva libertadora de Santo Domingo passa não só pela linha de continuidade de Medellín e Puebla e por uma promoção integral do povo latino-americano, desde uma evangélica e renovada opção preferencial pelos pobres. Ela se prolonga através da opção, também prioritária, por uma evangelização inculturada, encarnada sobretudo nas culturas indígenas e afro-americanas. Neste sentido, o Documento fala de não simplesmente inculturar a Fé, mas o próprio Evangelho e a própria Igreja (cf n.248)!

É uma inculturação que se quer efetiva através de um diálogo respeitoso, de uma inculturação da liturgia em seus símbolos e ritos, do respeito a suas formulações culturais, da defesa de sua própria identidade e do favorecimento à manifestação de suas próprias expressões religiosas (cf n.249). Neste sentido, na medida em que os bispos se propõem ultrapassar a mentalidade e a prática de um desenvolvimento destes povos desde fora, em favor de seu próprio autodesenvolvimento, pode-se dizer que esta *evangelização inculturada* é uma das expressões mais genuínas e concretas da opção preferencial pelos pobres ou de uma pastoral libertadora. É uma opção tão importante e tão identificadora da Igreja latino-americana que se pode dizer, sem exagero, que a ASD é a *Conferência da Inculturação do Evangelho e da Igreja*, sobretudo nas culturas indígenas e afro-americanas.

Toda pastoral libertadora brota de um discernimento da realidade

2ª Ler o Documento a partir de uma ótica indutiva e ativa

A segunda chave de leitura consiste em ler o Documento a partir de uma ótica indutiva e ativa, na medida em que os bispos em Santo Domingo quiseram compreender a dura realidade de seus rebanhos, iluminá-la com a luz da fé e transformá-la por uma evangelização libertadora.

A ótica indutiva é imperceptível, mas não ausente do Documento

A conversão ao real, a leitura dos Sinais dos Tempos ou a escuta do mundo, é um procedimento indutivo consagrado pelo Vaticano II na *Gáudium et Spes* e assumido por Medellín na ação pastoral e na reflexão teológica. Puebla também diria que toda pastoral libertadora brota de um discernimento da realidade. Há mais de duas décadas, "partir da realidade", contemplar Deus no rosto do pobre, o respeito pela autonomia das ciências, o lugar social do pobre como lugar teológico, são princípios já

assumidos pela Igreja latino-americana, tanto na ação pastoral, em assembléias pastorais, como na reflexão teológica.

Em Santo Domingo, certa pretensão de universalismo levou os bispos a trabalharem a partir de uma metodologia dedutiva. Não só se começou a etapa do VER pela realidade eclesial precedendo a social, como cada Comissão Especializada deveria, ao abordar seu tema, começar pela iluminação teológica, passar pelos desafios pastorais e desembocar nas linhas de ação. Apartados de sua prática costumeira, os bispos sentiram-se perdidos e tentaram inverter o procedimento. Muitas Comissões o fizeram, e algumas viram a sua ordem indutiva entrar mesmo no Documento Final. É o caso de Nova Cultura (cf nn. 252-254) e Cidade (cf nn. 255-262), em que o texto final segue o esquema: Situação, Desafios Pastorais e Linhas Pastorais. A Comissão que trabalhou o tema "Jovens" foi ainda mais feliz, pois seu texto recomenda explicitamente a metodologia "ver, julgar, agir, revisar, celebrar" (cf n.119).

Fora destes casos, é verdade que o Documento é apresentado na ordem dedutiva, a partir da iluminação teológica. Entretanto, se por um lado o método indutivo é imperceptível no Documento, por outro ele está longe de estar ausente. Lendo-se atentamente o texto, pode-se constatar que a inversão é muito mais da ordem da apresentação, estética, do que do procedimento, uma vez que a dialética entre os três momentos se estabelece a partir do polo do VER. O JULGAR, na prática, não é dedutivo, mesmo se é ele que introduz o texto, uma vez que não é ele que determina os aspectos da realidade a serem contemplados. Antes de tudo ele ilumina a realidade pensada antes e apresentada depois. Ao contrário do que se vê na apresentação visível do texto, é o método indutivo que lhe dá estrutura interna.

A ótica ativa, a marca da maioria pastoralista

A grande diferença entre metodologia dedutiva e indutiva é que esta, partindo da realidade, parte da ação para voltar à ação. Ora, a maioria pastoralista presente em Santo Domingo não queria um documento centrado sobre o doutrinal, mas um texto que lhes abrisse caminho e desse novas luzes para continuar afrontando, sobretudo, o problema da miséria de seu povo, a partir da fé. Interessante que, mesmo o segmento que, desde o início, não queria que a Assembléia redigisse um Documento, pedia, no entanto, que não se deixasse de publicar um texto contendo as linhas pastorais prioritárias para a próxima década.

A parte doutrinal do Documento devia ser lida a partir da parte pastoral

Assim, dada esta preocupação da maioria dos membros da Assembléia, não que a parte doutrinal fosse dispensável para a ação pastoral, uma vez que a ação se nutre da Palavra, mas a parte doutrinal do Documento devia ser lida a partir da parte pastoral. Coerentes com a metodologia indutiva de uso corrente na prática eclesial latino-americana, bem como no seio da reflexão teológica no continente, os bispos pastoralistas em Santo Domingo buscaram antes de tudo uma resposta aos problemas concretos de seu povo. Para eles, evangelizar não é transmitir uma doutrina, mas viver e despertar a vontade de viver a vida do Deus Trino, à luz de sua Palavra revelada.

Portanto, ler o Documento a partir de uma ótica ativa significa lê-lo a partir da parte pastoral, na ordem dos temas que foram tecendo o consenso da Assembléia, ou seja: Opções Pastorais Prioritárias, Promoção Humana e Cultura Cristã. É a partir destas partes, e na ordem enunciada, que se deverá entrar na leitura e interpretação da parte doutrinal.

3ª Ler o Documento, não por capítulos, mas por temas

A porta de entrada menos feliz para interpretar o DSD é abordá-lo a partir da Profissão de Fé (Cristologia) e da Nova Evangelização (Eclesiologia). É fundamental ter presente que existe uma Cristologia e uma Eclesiologia também nas demais partes do Documento, concretamente, em Promoção Humana e Cultura Cristã, bem como nas Opções Pastorais Prioritárias. E mais, como o Documento precisa ser lido a partir da parte pastoral, também é a Cristologia e a Eclesiologia contidas naquelas partes que devem comandar a interpretação da parte doutrinal do início do Documento.

4ª Ler o Documento a partir do seu eixo central

A leitura do Documento a partir de uma perspectiva ativa deve-se às decisões sobre a ação da Igreja no continente, concretamente à Terceira Parte, às Linhas Pastorais Prioritárias. Dado que foram elas que constituíram o primeiro ponto de consenso da Assembléia, a partir do qual foram tecidos todos os demais acordos, elas se transformaram no eixo estruturador do Documento. Sua compreensão implica, no entanto, alguns critérios de leitura.

Não é correto pensar que Evangelização Inculturada seja menos importante

Primeiro, é preciso tomar consciência de que os pontos descendentes – 1. Nova Evangelização, 2. Promoção Humana e 3. Evangelização Inculturada – não constituem uma hierarquia de importância ou de prioridade. A ordem exprime unicamente a vontade, expressa pela Assembléia num momento determinado, em que, dentre 9 Comissões (Grupos Reja) de Trabalho, 5 assinalaram (55,5%) que as Prioridades Pastorais deveriam ser formuladas em íntima conexão com o esquema Nova Evangelização—Promoção Humana—Cultura Cristã, os três temas da Assembléia apresentados sempre no mesmo plano de importância. Cumpre ressaltar que as quatro outras Comissões não se pronunciaram a respeito e, depois, não se opuseram a isso. Portanto, ninguém foi contra. Assim, não é correto pensar que Evangelização Inculturada seja menos importante que Promoção Humana, ou que Nova Evangelização seja mais importante que estas duas. Os três blocos formam um todo.

Segundo, é preciso dar-se conta, por outro lado, que as prioridades relacionadas no interior de cada um dos três temas, elas sim, não têm o mesmo grau de importância. Ou, ainda mais grave seria pensar que uma prioridade nomeada no final da relação esteja no sétimo ou oitavo grau de importância. Para estabelecer uma hierarquia de importância entre elas é preciso remeter-se à história de sua redação. Como já se falou anteriormente, a hierarquização das prioridades por parte da Assembléia foi, mesmo se ela não aparece no texto final, estabelecida num momento determinado pelas Comissões Especializadas, na seguinte ordem de incidência ou de importância: opção pelos pobres 23 (82%), leigos 19 (68%), vida 15 (54%), família 15, jovens 11 (39%), cultura 10 (36%), comunicação social 10, missões 7 (25%), cultura indígena e afro 7, justiça e direitos humanos 5 (18%), catequese 4 (14%), mulher 3 (11%) etc.

Considerações finais

Ao finalizar este breve estudo, impõem-se algumas considerações:

Primeiro, fica assinalada a importância da *história da redação* (!) do texto do DSD para uma interpretação do mesmo,

a mais próxima possível do sentido que os seus autores lhe quiseram conferir. Distancia-se do seu sentido original uma hermenêutica que não leve suficientemente em conta seus autores, o contexto dentro do qual lhes foi permitido atuar e, sobretudo, o processo de redação do texto enquanto tal. Preenchidas essas condições, é possível fazer falar até os silêncios do texto.

Segundo, desde a história da redação do texto impõem-se algumas *chaves de leitura* imprescindíveis para uma hermenêutica global do Documento e que se apresentam como as primeiras portas de entrada no mesmo. Aqui, foram explicitadas quatro, mas poderiam ser muito mais. Entrar no texto, porém, por outras portas, é tornar o trabalho de hermenêutica mais difícil e, sobretudo, é correr o risco de interpretá-lo mais a partir do leitor que de seus próprios autores.

Terceiro, os elementos da história da redação do texto do DSD enunciados no primeiro ponto deste trabalho e as quatro

chaves de leitura, no segundo, são importantes para medir o "tamanho" da ASD. A Assembléia de Medellín, p. ex., foi maior que os bispos, a de Puebla foi igual, e a de Santo Domingo foi menor do que os bispos. Dadas as condições em que lhes foi possível trabalhar, os bispos em Santo Domingo não conseguiram incluir no Documento Final tudo o que queriam. Assim, só um trabalho honesto de fazer vir à tona a história da redação do texto pode resgatar o que ele não diz e igualá-lo à grandeza da Assembléia que o gerou.

Endereço do autor:

11, rue de l'Eglise

B - 1325 CORROY-LE-GRAND

BELGICA

OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE SANTO DOMINGO

Dom Eusébio Oscar Scheld SCJ

Arcebispo Metropolitano de Fpols

1. Os preparativos

Longo foi o caminho percorrido, por peritos e encarregados, até chegar-se ao dia 12 de outubro de 1992, dia em que se abriria a IVª Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe, coincidindo com a celebração dos 500 anos da chegada do Evangelho de Jesus Cristo em solo americano. Esta memorável Assembléia, convocada pelo Papa João Paulo II, contou com a presença de 355 participantes, sem contar os inúmeros integrantes das diversas equipes de serviço, da segurança pública e dos que, ininterruptamente, se revezaram no sublime ministério da adoração do Santíssimo, em prol da Conferência. Este evento, de capital importância para o descambar do século XX e o vislumbre dos albos do século XXI, foi agraciado com a presença, sempre alegre e marcante, do Santo Padre, durante dois dias, e se prolongou até o meio-dia de 28 de outubro.

A Comissão Preparatória, liderada por S.Exas. D.Raymundo Damasceno ASSIS e D.Jorge Arturo MEDINA ESTEVEZ, cuidou dos grandes e dos mínimos detalhes para que tudo pudesse transcorrer a contento: os textos, o ambiente, a hospedagem, os transportes, o credenciamento, a comunicação, a dinâmica dos trabalhos, as secretarias, o envolvimento eficaz dos voluntários leigos, as celebrações e, até mesmo, o lazer.

Trabalho prévio bem árduo, a que não faltaram a dialética, as posições divergentes

Quanto aos textos preparatórios, convém ressaltar que vários⁽¹⁾ Documentos de estudo e consulta antecederam ao "Documento de Trabalho" propriamente dito, o que norteou a preparação próxima da Conferência. Foi um trabalho prévio bem árduo, a que não faltaram a dialética, as posições divergentes e, nem mesmo, radicalismos indesejáveis. Para o "Documento de Trabalho" serviu de base a temática escolhida por João Paulo II em 1991: "Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã". Estes três grandes polos serviram de horizonte, de pano de fundo, para todo o trabalho em torno de Santo Domingo, sendo desenvolvido mais amplamente, durante a Conferência, o

da "Promoção Humana", assunto que mais angustiava o coração dos bispos e demais participantes.

Os Delegados da CNBB para Santo Domingo tiveram dois encontros marcantes para se prepararem, do melhor modo possível, para uma participação condigna na IVª Conferência Latino-americana e Caribenha. Resultou daí a coletânea de dez temas de cunho pastoral, respigadas nas próprias Diretrizes Gerais de 1991-1994 do Episcopado Brasileiro. Todos os interessados tiveram franco acesso a esses temas, porquanto foram publicados rapidamente pelas Edições Paulinas como "Documentos da CNBB", n.48, sob o título: "Das Diretrizes a Santo Domingo". Íamos, os Bispos delegados, com propostas bem concretas nas mãos. Quem sabe, demasiadamente convictos de que iriam agradar a todos os participantes as propostas "brasileñas"...

2. Dificuldades iniciais

A primeira grande dificuldade foi a hospedagem. Para surpresa nossa, fomos acomodados nos grandes hotéis da cidade, por se localizarem mais no centro de Santo Domingo, facilitando o acesso mais rápido para o Seminário, local onde se realizou a Assembléia. Ademais, os organizadores optaram por uma hospedagem digna, que favorecesse a segurança, o bem-estar e, num clima de grande calor, facultasse bom descanso para trabalhos intensos e eficazes. Diversos bispos objetaram, em consciência, contra essa permanência em hotéis de grandes recursos e conforto. Como ficaria a nossa "opção evangélica pelos pobres", numa cidade de grandes desníveis sociais, de carências habitacionais e de grande falta de energia elétrica? É bem verdade que, segundo soubemos, os hoteleiros deixaram tudo pelo preço de custo, como colaboração com o mais importante acontecimento da celebração dos 500 anos do Descobrimento das Américas: a visita do Papa e a realização da IVª Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe (serve de sugestão para os que nos hospedam, cada ano, em Itaiçi...).

Outra dificuldade preliminar atingia o texto a ser elaborado. O "Documento de Trabalho", segundo a maioria, já atingira o seu objetivo e poderia ser deixado de lado como referencial necessário. Os bispos e demais delegados e convidados preferiam elaborar um texto novo, nascido do coração da própria IVª